

SESSÕES DO PLENÁRIO

31ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 08 de abril de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (53)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Maria del Carmen comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 26/03/2015.

Do Deputado Roberto Carlos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 09, 16 e 26/03/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Temos também aqui a PEC 144/2015, que revoga o inciso VII do art. 77 da Constituição Estadual.

(Lê) “A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o art. 74, inciso III da Constituição Estadual, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º – Fica revogado o inciso VII do art. 77 da Constituição do Estado da Bahia;

Art. 2º – Esta emenda à Constituição entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

06 de abril de 2015.

Deputado Luciano Ribeiro.”

Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões: ordinárias – 16ª, 19ª, 20ª, 22ª, 23ª, 24ª e 26ª, realizadas, respectivamente, em 11, 17, 18, 23, 24, 25 e 30 de março de 2015; especiais – 2ª, 4ª e 5ª, realizadas, respectivamente, em 19, 26 e 27 de março de 2015.

Em votação as atas que acabaram de ser lidas. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Para iniciar a sessão, com a palavra a deputada Luiza Maia.

Antes, convido o deputado Carlos Geilson para me substituir na presidência dos trabalhos por um momento.

A Srª LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srªs Deputadas, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, vou retomar a discussão da CPI para investigar as denúncias feitas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público Federal sobre uma ação que está no Supremo Tribunal Federal a respeito do metrô de Salvador. Quero retomar essa discussão porque, realmente, não estou entendendo muita coisa aqui.

Cadê o deputado Adolfo Viana? Deputado Adolfo Viana, tenha cuidado, porque parece que o nosso Líder vai tomar o seu lugar. Hoje, na *Rádio Vida*, dei uma entrevista e depois entrou o deputado Líder do governo, fazendo as maiores defesas, inclusive contra a instalação da CPI. Realmente, não dá para entender, Sr. Presidente, o negócio está ficando embolado. Mesmo assim, acho que precisamos fazer esse debate, essa discussão.

A única coisa que achei bom, interessante do que o deputado Zé Neto falou na rádio... É bom esse debate, pois o deputado Imbassahy anda cuspiendo para cima o

tempo todo, como se ele fosse o paladino da moralidade, e sabemos que não é. E não sou eu quem está inventando investigação nem denúncia contra Imbassahy, ele tem que entender isso. E ele hoje soube ir à mídia da Bahia para se explicar e se justificar.

Graças a Deus, o deputado federal Jorge Solla está pedindo a inclusão na CPI da Petrobras dessa investigação que foi feita pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público na Operação Castelo de Areia, se não me engano, para investigar os horrores, os R\$ 166 milhões gastos na obra ou com as empreiteiras que faziam o metrô daqui de Salvador. Todo o mundo sabe que esse metrô é um escândalo. Mesmo que você não tenha a prova concreta do que aconteceu ali, o fato de um metrô de 6, 7 km precisar de 14 anos para ser inaugurado mostra que tem coisa errada, e é por isso que precisa ser investigado.

Imbassahy precisa descer do salto alto que ele usa e que está usando hoje. Inclusive, como vice-presidente da CPI da Petrobras, ele deve ter coragem de chamar as empresas que estão envolvidas nesta questão do metrô e que estão também na CPI da Petrobras para serem ouvidas, prestarem depoimento lá.

Mas o deputado Solla está pedindo para incluir essas empresas na CPI da Petrobras e acredito que será atendida a solicitação dele para acabar com essa história. Quem não deve, não teme e acho que qualquer homem público tem que estar disposto e aceitar ser investigado, afinal de contas nós somos mantidos pelo dinheiro público e quem o administra não pode estar se sentindo, até porque não é, o rei ou o paladino da moralidade.

Hoje o jornal *A Tarde* publicou até uma *charge*: um bico do tucano pendurado por um bocado de escândalos. Então, repensem sobre essa história de que a corrupção foi inventada pelo PT. É bom que isso aconteça e nós precisamos aprofundar esse debate, porque a corrupção é algo sistêmico que precisa ser reformado, principalmente o sistema político brasileiro, mas ninguém tem coragem de fazer, tampouco esse Congresso que está hoje muito mais conservador do que no passado. Acho que a reforma que o sistema político brasileiro precisa não passa pelo Congresso, não passa por esta Casa, assim como o voto aberto.

Nós estamos pedindo para assinarem essa proposição nossa, essa PEC, já tenho 07 assinaturas e hoje estou animada. Então quero pedir aos meus pares que continuem assinando, seja quem for.

Sobre o blefe de Adolfo Viana: “ah, vou assinar”. Ele pegou duas vezes e largou, leu e falou: “ah, não deputada”. Disse que Imbassahy o tinha autorizado a assinar. Então ele precisa cumprir o que disse aqui nesta tribuna. Eu sabia que ele não assinaria, mas seria bom que assinasse, que se investigasse. Se não tem problema algum, qual é o problema?

É necessário, é importante e não sou eu que estou inventando ou difamando ninguém. Mas acho que a justiça e a investigação têm que ser para todos, não dá para a justiça ou qualquer poder escolher esses daqui podem ser investigados, esses daqui podem ser difamados, podem passar não sei quantas horas por dia em programas de televisão, mostrando detalhes do que aconteceu, e com outros não. Assim não

funciona, é uma coisa muito complicada.

Está aqui hoje, na *Tribuna da Bahia*, ele inclusive dizendo, se defendendo, dizendo que o nome dele não está citado na *Lava Jato*. Mas está citado sim. Ele recebeu dinheiro dessas empresas todas que estão na *Lava Jato*...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) mais um tempinho aqui no horário...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) já estou concluindo, depois daquele horror que o Presidente fez comigo eu não fico mais tempo aqui eu saio logo, logo, já terminei.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Muito obrigado.

Essa frase da deputada Luiza Maia aqui hoje foi importante, que o deputado Zé Neto pode tomar o lugar do deputado Adolfo Viana na defesa do deputado Antônio Imbassahy.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ:- Boa-tarde Presidente, boa tarde Deputados, Deputadas, amigos da Imprensa, funcionários, hoje pela manhã, nós, Presidente, em reunião da Comissão de Desporto e Paradesporto fizemos um resumo, uma análise dos primeiros 40 dias de trabalho e fiquei muito feliz pelo pronunciamento dos deputados com relação à importância não só da criação, mas também da execução dos trabalhos. Contudo algo me chamou a atenção nas falas dos deputados, e que é um entendimento nosso, com relação ao orçamento disponível para essas políticas tão importantes, que são políticas de inclusão social através do esporte e eu me lembro, há poucos dias atrás, o deputado Marcelino Galo subiu nessa tribuna e falou sobre a importância de um maior investimento na área da cultura. Observava a fala dele, e concordei absolutamente com tudo que colocou, por entender da importância da cultura em nossas vidas, pela transformação que gera no indivíduo. Há uma PEC sobre a cultura tramitando em Brasília. Esse sendo aprovado, em todos os estados do Brasil, a cultura terá pelo menos 1,5 % do seu orçamento.

Isso nos leva a pensar o seguinte: não é só a cultura que é absolutamente transformadora. O esporte também é. Aliás, o esporte, Sr. Presidente, está muito longe de ser ainda tratado como política de inclusão, de transformação, ou de uma política de Estado. Na Bahia, por exemplo, temos talvez o menor orçamento do Estado voltado para essa atividade que é tão importante, e tão fundamental na vida das pessoas.

Os deputados passam pela comissão e transmitem tanta energia, mas também tantos exemplos positivos através dos esportes que nos pensar. Ora, se isso é tão importante, e todos os deputados possuem esse conhecimento, por que esta Casa não trabalhar para que o esporte também possa ter, Sr. Presidente, o mesmo orçamento

que a cultura? Qual é a dificuldade de ter 1,5% do orçamento do Estado? Se é essa política que nós queremos, que é uma política transformadora e inclusiva; é absolutamente necessário que tenhamos um orçamento maior, melhor e mais em condição de atender ao povo da Bahia, sobretudo, a juventude.

Entendo, também, que não adianta discutir segurança pública, contratando mais policiais, mais armamentos, etc, etc, se não temos política de inclusão sobretudo para os jovens. Tem de ter, sim, o armamento; tem de ter, sim, a Polícia Militar, um aparato mais forte, mas também temos de colocar – e nós somos responsáveis por isso, os deputados desta Casa – mais política voltada sobretudo à juventude. O enfrentamento da segurança pública, ou seja, da violência passa pelo esporte, absolutamente também pelo esporte. O esporte-cultura, esporte-arte. Quanto mais investimento no esporte é menos investimento na segurança do Estado. Sr. Presidente, quanto mais investimento no esporte é menos investimento na saúde, porque ele previne.

Conclamo, peço aos deputados desta Casa que juntos possamos fortalecer essa área, porque todos nós queremos investimento nessa área. Se não há um orçamento adequado, fica difícil atender aos pleitos dos deputados.

Coloco necessário que entendamos e discutamos com a Secretaria de Planejamento, com a Secretaria da Fazenda e até com o governador Rui Costa mostrando a importância dessa política, política transformadora, política inclusiva, política participativa. Mas, acima de tudo, política mais humana, mais de juntar gente, mais de fazer com que as pessoas se entendam. Ela não tem cor, esporte não tem bandeira. O esporte todo o mundo pratica, todo o mundo gosta, e todo o mundo coloca seus filhos para praticar por saber que é educativo.

Volto a repetir e pedir aos deputados que todos nós juntos possamos discutir no orçamento do Estado, através desta Casa, mais investimento nessa área. Entendo que daremos grande contribuição para que a violência cada vez mais diminua no nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Pablo Barrozo, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Boa-tarde, Srs. Deputados, Sr. Presidente, parabenizo ao nosso deputado Adolfo Viana por ser pai pela primeira vez. Ontem, a deputada Luiza Maia quase teve um filho aqui. Hoje, o deputado Adolfo Viana é pai. Por isso está se ausentando por motivo especial.

Caros colegas deputados, dois motivos me trazem aqui hoje. Um deles é o aguardo, com prudência, da entrega da solução desse problema que a nossa capital está vivendo, que é a questão da água.

Aconteceu, realmente, um incidente por falta de planejamento e projeto da

empresa responsável por uma obra importante, planejamento simples, inclusive, o que prejudicou e está prejudicando milhares e milhares de pessoas. Hoje o governador infelizmente desapareceu. Tem uma semana que o governador do Estado sumiu. Vivia aparecendo, visitando colégios, visitando hospitais, mas há uma semana sumiu. Está sendo omissão.

De quem é a indicação da Embasa? Qual a responsabilidade que o governo do Estado tem com milhares e milhares de pessoas que estão com falta d'água, bebendo água que não é potável, as famílias e as pessoas com risco de adoecer?

Hoje a Justiça, em Sussuarana, suspendeu os trabalhos, deputado Euclides, por falta de água. Hospitais, postos de saúde, colégios estão suspendendo as suas atividades por falta de água. Esse problema já tem uma semana, e o governador não falou um pio. Será que ele não tem responsabilidade sobre isso? Ou será que joga só para a plateia? Na hora de bater no peito e assumir seus compromissos com a população, não tem coragem de aparecer. Só aparece para sorrisos, para fotografias? Que responsabilidade é essa? Que governador é esse que temos em nosso Estado? Essa omissão é de grande responsabilidade.

As pessoas estão sofrendo. Estive no bairro da Liberdade no final de semana, onde o nobre governador Rui Costa nasceu e cresceu, e até hoje o abastecimento de água na Liberdade não existe. As pessoas estão bebendo água podre, tomando banho com água podre. Infelizmente está acontecendo isso.

A mesma omissão que ele tem num fato como esse, ele tem, infelizmente, junto a dois problemas que o Estado enfrenta há um bom tempo, herança desses 8 anos e 3 meses de mandato. A saúde que aí está, a cada dia que passa, pensamos que chegamos ao fundo do poço, mas aparece outro problema, haja vista o Hospital da Criança. A segurança pública, deputado José de Arimatéia, em Barreiras, a cada 4 dias, é assassinado um cidadão. O Oeste está largado nas mãos dos bandidos. Isso a cada 4 dias, e quando chega no quarto dia todos se escondem com medo de ser sorteados. Virou brincadeira a questão da segurança pública lá.

Então, entro no assunto que o deputado Bobô falou há pouco. Realmente não é só responsabilidade do Estado; é responsabilidade do município, é responsabilidade nossa, é responsabilidade de todos. Como muito bem explanado pelo deputado Bobô, faço minhas as suas palavras, realmente existem políticas públicas que podem ajudar a diminuir esse descaso com a segurança pública. O secretário de segurança Pública que veio aqui nessa semana, que até acho um secretário muito bem intencionado, infelizmente não é correspondido pelo governador do Estado, que não faz os investimentos necessários.

Falou que existe deficiência e *deficit* de pessoas no Oeste, e serão convocados 100 novos policiais militares para lá. Cem novos policiais militares para o Oeste não dão para nada. Infelizmente, é uma vergonha o descaso que o governo do Estado tem com a segurança pública. O Nordeste do nosso Estado, os municípios de Paripiranga, Rio Real, Esplanada, Acajutiba vivem uma carnificina todo dia, e o governador está

aí há 8 anos e 3 meses, 8 anos e 100 dias, e nada faz para o nosso Estado. É uma vergonha.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra a deputada Neusa Cadore pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a NEUSA CADORE:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, taquígrafas e servidores da Casa, (Lê) “Nos últimos meses a pauta da Reforma Política tem ocupado grande parte da agenda do País, porque é urgente a reformulação do nosso sistema político e a necessidade de fortalecimento da nossa democracia. Isso não será possível, porém, se a Reforma não garantir que o conjunto da sociedade possa estar representada nos espaços de poder e decisão. Neste sentido, quero fazer um recorte sobre a questão de gênero, pois sabemos que não apenas as razões sociais, culturais e políticas impedem uma participação mais efetiva da mulher na política, mas também a forma como o nosso sistema eleitoral se estrutura.

As mulheres são 52% do eleitorado e contribuem ativamente na produção econômica e social do País, nos lares brasileiros. Hoje, 38% são chefes de família. As mulheres são frutos das políticas sociais que, a partir de outro olhar, deram mais oportunidades de renda, de inclusão produtiva e de acesso a serviços.”

Os dados dão conta que 54% das pessoas que saíram da extrema pobreza são mulheres.

(Lê) “As mulheres representam 93% da titularidade do Bolsa Família, 67% do Pronatec e 86% dos signatários dos contratos do Minha Casa, Minha Vida.

No setor público, as mulheres representam também uma maioria importante dos postos de trabalho, quase 60%. E vêm a cada ano ocupando mais espaços: são 38% dos médicos, 43% do total de advogados, juízes e promotores, e mais de 60% dos arquitetos do Brasil. Quando se fala em salário, em geral, recebemos 30% menos do que os homens.

Portanto, olhando esse quadro quero dizer que a sub-representação feminina no Parlamento, está em completa dissonância com o papel e as responsabilidades que as mulheres assumiram nos últimos tempos. Nós mulheres representamos, em pleno século XXI apenas, 10% dos cargos eletivos.

Saibamos que a reforma política tem muito a ver com tudo isso, porque ela poderá garantir que mais mulheres e que outros segmentos historicamente excluídos, a exemplo dos indígenas, negros e trabalhadores rurais, possam dar a sua contribuição na transformação da sua própria vida e do seu país.”

E por falar nisso, eu gostaria de lembrar – já que o assunto é a mulher – que 16% das mulheres que estão no mercado de trabalho são trabalhadoras domésticas.

(Lê) “Foi sob a presidência de uma mulher que o Brasil tirou da invisibilidade a situação das trabalhadoras domésticas e iniciou o debate sobre a necessidade equiparação dos direitos dessa categoria. A PEC das Domésticas foi aprovada no

governo Dilma e contou com o empenho pessoal da presidenta para que isso acontecesse.

Apesar de a regulamentação ainda não ter saído do papel,” no mês de março essa PEC foi revisada e houve a aprovação da emenda da nossa deputada Benedita da Silva. Torcemos para que o Senado, em breve, também agilize a aprovação, tendo em vista que já faz 2 anos da primeira aprovação da PEC das Domésticas, que ainda carece de regulamentação para garantir que mais de 7 milhões de pessoas usufruam plenamente dos seus direitos.

Para concluir, quero anunciar e, ao mesmo tempo, convidar todos e todas para participar de uma sessão especial na próxima sexta-feira, no período da manhã, com as presenças da deputada Moema Gramacho mais lideranças afins para fazermos o debate da reforma política com o tema *Mulher e Reforma Política*.

Então, a sessão especial acontecerá, aqui, no plenário desta Assembleia Legislativa, na próxima sexta-feira, às 9h30min. Nós contaremos com as presenças de lideranças para debater o tema e continuar esta sensibilização tão necessária, neste momento, para a sociedade brasileira.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado, deputada.

Ouviremos, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Nobre presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, deputado Paulo Rangel, estava, ali, lendo alguma coisa e tive um pequeno sobressalto a partir de algumas falas que ouvi há pouco.

Quando o nosso ex-governador Jaques Wagner assumou ao governo do Estado da Bahia, a segurança pública, em nosso Estado, era muito boa! Os praças e os soldados, nem sequer, percebiam o salário mínimo. Como eram os carros da polícia àquela época?

Prestes a acabar o governo, o ex-governador esvaziou uma série de delegacias no interior e quase duas centenas de delegados foram recambiados para a Região Metropolitana.

E quanto a nós ouvirmos determinadas situações, não sei se, realmente, é falta do que falar!

Agora, quanto à situação referente à adutora, houve uma barbearagem, na minha opinião, da CCR que está investindo, do ponto de vista da prestação de serviços, na construção da Linha 1 do metrô. A Embasa, prontamente, colocou-se à disposição para a resolução de um problema que, do ponto de vista técnico, não é tão fácil de se resolver.

Agora, onde estava o nosso governador nestes últimos dias?

Vencendo a apatia e a falta de planejamento que caracterizaram este Estado nos últimos 40 anos, ele foi buscar recursos, que estão garantidos e serão liberados pela Caixa Econômica Federal, para o cronograma das obras da Linha 1 do metrô não

sofrer prorrogação. Ele foi garantir recursos para a implantação e a substituição do, já quase centenário, sistema de trens urbanos do subúrbio de Salvador que, do ponto de vista do conforto e da efetividade, não atende à população da nossa capital.

O governo estadual tem sido um governo, absolutamente, atento ao planejar o futuro quando intervém, com muita qualidade, nas obras de mobilidade urbana – como jamais se viu no município de Salvador, a nossa capital – promovendo a interligação que ocorrerá dentro de pouco tempo.

O término das obras do metrô está por acontecer. Este é o antigo autorama. Em tal obra foi gasto R\$ 1 bilhão! É um autorama calça-curta que passou 14 anos em letargia. A obra contém 42 quilômetros e será o terceiro maior dentre todos os metrôs do nosso País.

Além disso, haverá a integração do metrô com a ferrovia e com as duas vias estruturantes. E, de maneira transversal, essas vias unirão a Baía de Todos os Santos à orla do Litoral Norte da nossa capital. Assim, Salvador, por sua geografia, passará a ter um plano de mobilidade urbana que, jamais, pensávamos que ocorreriam com as obras do Imbuí e com as obras do complexo rodoviário situado em frente ao aeroporto de Salvador.

Então, a articulação dos governos federal e estadual promove a realização desta via importantíssima, chamada Via Expressa, e as ligações com a avenida Luís Eduardo Magalhães. Tais obras demonstram com clareza que, dentro de pouco tempo, Salvador deu um passo à frente e não será mais a Salvador de um passado recente ou a Salvador de triste memória.

Salvador será outra cidade com os investimentos que promoverão, sem sombra de dúvida, a intermodalidade e, principalmente, a garantia da volta dos trens que estarão servindo Feira de Santana, Alagoinhas e o Recôncavo Baiano através do VLT.

São recursos da ordem de R\$ 8,5 bilhões garantidos que estarão à disposição deste interesse maior da sociedade baiana para resolver gargalos já centenários de mobilidade de uma capital que, lá, outrora, na história, nasceu planejada como poucas em nosso País.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Portanto, devemos enaltecer esta atitude do ex-governador e do atual governador por causa de seus compromissos com a mobilidade urbana da nossa primeira capital do Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado, deputado Joseildo.

Com a integração do Programa A Escola e o Legislativo, informamos a visita de estudantes do Colégio Oficina da Pituba. Sejam bem-vindos. (Palmas.)

Agora, vocês vão conhecer este brilhante orador, homem corajoso, destemido, valente nas suas posições. Com a palavra o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Permitam-me, todos, quebrar o protocolo

nesta tarde, a fim de saudar, primeiro lugar, o futuro do Brasil que são essas crianças maravilhosas do Colégio Oficina da Pituba, nesta capital, Salvador.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores da imprensa, senhores funcionários, acho que está havendo, aqui, uma inversão total nas informações trazidas a esta tribuna.

O Estado da Bahia está quebrado e com dificuldades financeiras. Não cabe, aqui, em 5 minutos, elencar qual foi a sua gênese.

As notícias trazidas concluem que Comperj – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – dará prejuízo de 45 bilhões a já combalida Petrobras. São notícias trazidas de que cerca de 40 mil frangos morrem na Bahia e os donos alegam queda de energia elétrica.

Vejam, 1 milhão de pessoas, na cidade de Salvador, estão sem direito ao consumo do bem sagrado que é a água. No presente momento, também, há a notícia de suspeita de fraude milionária no Hospital Geral Clériston Andrade que, aliás, não fica só nele, pois a suspeita, também, estende-se ao Hospital Geral Roberto Santos, ao Hospital Geral Ernesto Simões Filho incluindo os hospitais de Conquista, Lauro de Freitas e Camaçari. E, por aí, vai a rede.

Só fica de fora o Hospital Geral do Estado, porque o gestor não se mete neste imbróglio.

Ao invés de se atacar esses assuntos ou ao invés de se falar das dificuldades na Bahia, devemos citar o Hospital Estadual da Criança, localizado em Feira de Santana, pois está com a ameaça de fechamento e com a ameaça de paralisação, porque o Estado está devendo 4 meses do repasse das verbas.

Alguns deputados vêm se ocupar de outros assuntos. Eu não sou juiz do mandato de ninguém. Esta tribuna é livre para se falar o que quiser. E alguns vêm à tribuna para falar de CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – para apurar a questão do metrô, deputado Joseildo. Mas este requerimento de CPI é só para se apurar o ano de 1999!

Como seria bom que essas pessoas, que estão fazendo a apologia e a defesa das Comissões Parlamentares de Inquérito... Vejam, as CPIs foram criadas. Estão prescritas na Constituição como remédio para ser adotado pelas minorias e em defesa destas. Isso é uma ferramenta de proteção à democracia. Alguns parlamentares vêm aqui falar desse instrumento para fazer proselitismo político e alcançar os 2 minutos de sucesso, principalmente aqueles que fazem qualquer negócio para alcançar esses 2 minutos de fama.

Quero dizer, Sr. Presidente, que não sou advogado de ninguém. Não tenho procuração do deputado federal Antônio Imbassahy. A minha relação com ele é muito recente. Na sua administração, um estabelecimento comercial meu foi perseguido à época porque o chefe do prefeito mandava executar e ele executava as ações. Mandou fechar a entrada do meu posto.

Mas mesmo assim quero vir à tribuna hoje dizer que sou contra atacarem a

honra de um homem probo e sério que foi prefeito de Salvador por 8 anos, colocando a cidade nas páginas elogiosas dos jornais como o melhor prefeito das capitais em diversos anos. O parlamentar Antônio Imbassahy honra a Bahia pelo seu mandato e nunca foi notícia em página policial. Ele nunca teve o seu nome vinculado às páginas policiais.

Quem tem seu telhado de vidro que respeite a honra e a estatura pessoal dos outros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Eduardo Salles pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu venho hoje a este Plenário para agradecer a presença nesta Casa, ontem, do nosso secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia, Manoel Mendonça, a convite da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, da qual sou presidente. Parabenizo-o pela visita.

Tivemos a oportunidade de recebê-lo nessa terça-feira, numa das sessões mais importantes que já vi nas Comissões desta Assembleia. Contamos com a presença de 15 deputados participando daquele momento importante. O objetivo da vinda dele aqui é que a Bahia seja o primeiro Estado a tentar uniformizar a PEC da Inovação, aprovada há 15 dias lá no Senado Federal, para que saia na frente dos demais Estados da União e possa rapidamente, uniformizando essas leis e equiparando a lei estadual à federal, ter condição de captar novos recursos e avançar neste setor tão importante da Ciência e Tecnologia.

Os outros objetivos do convite, além desse, foram de que o secretário Manoel Mendonça colocasse as demais questões relativas à sua Pasta, como o planejamento dela neste período de 2015 a 2018, para que toda a Comissão e os outros deputados presentes pudessem entender quais são as prioridades da SECTI. Portanto, pudemos ouvir e falar bastante sobre o planejamento dessa Secretaria Estadual.

O secretário citou os CDCs, Centros Digitais de Cidadania, informando que mais de 1.000 foram implantados na Bahia até agora. Ele disse que somente 2 municípios baianos ainda não tinham um Centro Digital de Cidadania: Cocos e Lajedinho.

A deputada Ivana Bastos, que representa muito bem Lajedinho, solicitou esse equipamento importante para lá. O secretário imediatamente disse que sim. Falou também que em Cocos ele já estava em implantação e que esses CDCs serão ampliados para uso dos pequenos empreendedores individuais. Este fato é muito importante para eles.

Citou ainda as Praças de Ciências, que farão com que as crianças e jovens possam entender e interagir mais com a Ciência e Tecnologia no nosso Estado.

Igualmente falou sobre o Parque Tecnológico da Bahia. Agendamos uma visita para todos os deputados que queiram estar presentes, a fim de entender sobre ele, que hoje é uma referência no Brasil e pode se tornar uma referência também no mundo, com novos empreendimentos importantes para a Ciência e Tecnologia.

Tratamos de um outro assunto a que quero dar um maior destaque, a Internet Banda Larga. Todos nós sabemos da sua importância para toda a Bahia. Isso foi uma prioridade estabelecida pelo governador Rui Costa e repassada ao secretário Manoel Mendonça.

Ele colocou claramente que o eixo Norte-Sul do Estado tem uma extensão muito grande, 56 milhões de hectares. E, sem dúvida, uma dificuldade maior do que a de outros Estados para conseguir abranger e colocar a Internet Banda Larga em todos os cantos. Entretanto disse que esse eixo já é beneficiado por operadoras de telefonia com rede satisfatória. O grande problema da Bahia é a rede Oeste-Leste, que tem uma dificuldade ainda maior porque o custo é muito alto para implantar o serviço em redes da CHESF ou subterrâneas.

Quando fui secretário, era responsável pela desapropriação das áreas para a passagem da FIOL. Elas são divididas e desapropriadas ao longo de 2.500 Km da ferrovia. Falei no meu período como secretário porque entendo ser importante que se pense na utilização dessas fibras óticas, desses cabos no trajeto da Ferrovia de Integração Oeste-Leste. Isso sem dúvida baratearia, facilitaria e agilizaria, porque todos nós sabemos da importância da Internet Banda Larga para essas comunidades mais carentes, os hospitais e as escolas públicas em cada canto deste Estado.

Então, realmente quero parabenizar o nosso secretário Manoel Mendonça. Acredito que é o homem certo no lugar certo, um técnico de mão-cheia indicado pelo setor de Ciência, Tecnologia e Inovação. Parabéns e obrigado, secretário, pelos esclarecimentos que deu aos deputados na Comissão!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Ouviremos, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Adolfo Menezes, a voz forte e firme que vem de Campo Formoso.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, gostaria de fazer uma denúncia ao presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Marcell Moraes.

Deputado Marcell, V.Ex^a gosta de proteger os animais, mas também tem de proteger a população de Campo Formoso. Como presidente da Comissão de Meio Ambiente, quero fazer-lhe uma denúncia grave.

Campo Formoso tem a maior fábrica de cimento da Bahia, a qual hoje é do Grupo Camargo Corrêa. Ela produz 130 mil sacos de cimento por dia e já tem mais de 30 anos. Claro que já foi modernizada. E a última reforma custou 300 milhões de dólares, porque é uma fábrica muito grande.

Faço esta denúncia verbal à Comissão de Meio Ambiente e a farei também por escrito. Não estou afirmando nada. Mas gostaria que, junto com os órgãos de meio ambiente da Bahia, V.Ex^a, deputado Marcell, averiguasse *in loco* o que está acontecendo, pois o índice de câncer lá em Campo Formoso atualmente é muito alto.

E hoje, que é o Dia Mundial de Combate ao Câncer, deputada Fabíola, V.Ex^a que é da área e faz um trabalho tão grande na saúde, e coincidentemente estou fazendo este pronunciamento. O índice de câncer em Campo Formoso é alarmante. Não estou dizendo que se deve esse índice à fábrica de cimento, mas é uma fábrica que na época quando foi construída dentro da cidade, não tinha a consciência que o mundo tem, que temos hoje do meio ambiente. Mas existe alguma coisa errada e é por isso que precisamos tomar algumas providências para verificar até quando essa empresa e se está de fato queimando produtos cancerígenos na região.

Uma fábrica que está vindo carga tóxica do Pará para Campo Formoso, são mil e tantos quilômetros de distância. Quantas fábricas existem mais próximas do Pará, e eu conversava com um carreteiro esse final de semana, um amigo nosso, ele me dizia que a lona que vinha na sua carreta, depois, de apenas uma viagem, teria que ser jogada fora.

O lixo de Camaçari – não sei se é a deputada Luiza Maia quem está mandando, é brincadeira, para relaxar, deputada Luiza Maia. Camaçari está exportando para Campo Formoso lixo tóxico, para queimar em Campo Formoso, e diz que a fábrica tem certificado. Mas uma empresa, deputado Marcell, que esteve lá, disse que era bom a gente ficar de olho porque ela poderia usar um certificado como se estivesse fazendo as coisas corretas e por baixo queimando lixo.

Há alguma coisa errada. Eu não sou nenhum especialista na área, mas o índice alarmante de câncer em Campo Formoso, e se está vindo carretas com lixo tóxico do Pará, deputado Joseildo, tem alguma coisa errada, para queimar em Campo Formoso, deputado Fábio Souto. Um mil e oitocentos quilômetros do Pará para Campo Formoso, de Camaçari para Campo Formoso que são 400 quilômetros e com várias fábricas, por quê?

Então, é um assunto da maior gravidade, deputado Marcell. Vou formalizar para que acionemos o Inema, os órgãos de meio ambiente, para verificar *in loco* se essas denúncias, se essas suspeitas irão se confirmar ou não. Há muita coisa aí que acredito que está errada. Pela distância que estou aqui falando, com certeza tem alguma coisa errada.

O que eu quero é que a fábrica que leva riqueza e dá emprego para a região, não podemos negar, não tire as riquezas daquela terra, deputado Fábio. V.Ex^a que tão bem conhece aquela região, o pai de V.Ex^a também que quando governador fez a estrada Campo Formoso/Tiquara, Poços/Tiquara, que é onde tem uma das maiores jazidas de calcário do Brasil, que é subproduto do cimento, o pai de V.Ex^a quando governador fez aquela estrada e também como técnico que é e político conhece muito bem a realidade daquela região e de toda a Bahia.

Então essa é a situação. Espero contar aqui com a compreensão da Secretaria

do Meio Ambiente e desta Casa para que averígue se realmente essas suspeitas se confirmam ou não.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das galerias Paulo Jackson, Sr. Presidente, desde ontem acompanho atentamente os discursos da deputada Luiza Maia. A deputada Luiza Maia, que tem uma necessidade grande de aparecer na mídia, traz um assunto que esta casa sepultou, inclusive sepultado pela Bancada do Governo.

A deputada Luiza Maia, não sei a serviço de quem, quer usar esse instrumento como coação à coragem, à desenvoltura e à capacidade do deputado Antônio Imbassahy. E ela sobe a esta tribuna hoje para dizer que o deputado Adolfo Viana não tinha assinado o seu requerimento. V.Ex^a, deputado Joseildo, sabe que eu sou uma pessoa muito séria.

Eu estava na hora que o deputado Adolfo Viana, que estava ao seu lado, falou o seguinte: “Eu assino qualquer requerimento, desde que a investigação seja de todo o período, não de um período determinado.” O que é o correto. Mas V.Ex^a não usou da verdade aqui nesta tribuna. Em nenhum momento, deputado Joseildo, o deputado Adolfo Viana não quis assinar o requerimento. Eu estava do lado quando ele falou para a senhora: “Eu assino a qualquer momento, desde que a investigação seja de todo o tempo, não só de um tempo específico, determinado pelo seu requerimento.”

Então, V.Ex^a, quando subisse a esta tribuna, deveria dizer o que aconteceu, mas V.Ex^a sobe aqui e diz que o deputado Adolfo Viana se recusou, e ele nem aqui está. Ele não está aqui hoje sabe por quê? Porque sua filha nasceu no Hospital Aliança. É por isso que ele não está no Plenário. Mas o deputado não se recusou a assinar o seu requerimento. Não se recusou. Apenas ele pediu a V.Ex^a que investigasse todo o período. Por que V.Ex^a quer investigar só um período? Investigue desde quando o metrô é metrô. Entendeu, deputado Joseildo? Investigue, deputada, todo o tempo, de todos os prefeitos! Por que V.Ex^a só quer investigar em um período determinado? Por quê? Bote todo o tempo que ele assina, e ele disse isso a V.Ex^a. Eu estava do lado e escutei, deputada Luiza Maia. Eu estava do lado quando ele pegou o requerimento – bati até uma foto, está aqui a foto (mostra o celular), a senhora sabe – para ler e falou para V.Ex^a: “Eu assino, desde que seja de todo o tempo, não de tempo determinado.”

Que V.Ex^a queira fazer seu papel, tudo bem, está no seu direito. Mas não acuse ninguém, use da tribuna para falar a verdade. Chegue aqui e diga: o deputado Adolfo Viana não assinou porque ele pediu que o requerimento fosse de todo o período, não só de um período determinado.

Essa foi a verdade, deputado Joseildo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos presentes nas Galerias Paulo Jackson, amigos da imprensa, subo a esta tribuna neste momento para comentar a crise de um Estado brasileiro, que não é o Estado da Bahia, onde um governador, que foi considerado o prefeito mais competente da capital daquele Estado, depois de virar governador faz o seu diagnóstico e descobre que o Estado da “meritocracia”, o Estado do planejamento estratégico, o Estado que trabalhava com indicadores, na verdade era o Estado da grande maquiagem com os dados.

Falo aqui, Sr. Presidente, de um Estado que é o de Minas Gerais, Estado outrora reconhecido pela sua pujança, pela sua capacidade de desenvolvimento, e que tem hoje um déficit deixado por 2 administrações consecutivas de um ex-candidato a presidente que se dizia salvador da pátria, tem um déficit de R\$ 7,3 bilhões, e desse déficit, R\$ 2,2 bilhões foram detectados na área de saúde.

Quando governador desse estado, o ex-candidato a presidente dizia que resolveria os problemas de áreas como o Vale do Jequitinhonha, que passa por uma das situações mais difíceis de toda a sua história. Estado quase ingovernável. Mas ainda acredito, deputado Joseildo, que é possível se governar aquele Estado devido à capacidade de Fernando Pimentel, que foi um dos grandes prefeitos que este País já teve e, com certeza, melhor prefeito que Belo Horizonte já teve.

Imaginem os senhores: governamos hoje, sim, um País em crise. Mas imaginemos esse maquiador tendo virado presidente da República! Essa pessoa que trabalhava maquiando dados, escondendo a realidade, e que deixou o governo de Minas Gerais com mais de 5 centenas de obras paralisadas – e também inacabadas mais de 300 obras feitas em parceria com o governo federal. Era esse homem que não deixaria o País viver esta crise.

Cai por terra o discurso tucano. O tucano é abatido a partir de dados, não diria em pleno voo, porque ele não voou, foi abatido ainda no chão. E o povo brasileiro não vai deixar que voe, porque agora, sim, o povo brasileiro vai saber realmente como era governado o Estado de Minas Gerais.

Portanto, é bom que aqueles que acompanharam essa candidatura façam uma autocrítica, e reconheçam que não tinham a capacidade de governar o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra pelo tempo de 5 minutos o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, amigos das Galerias, colegas da

imprensa, deputadas e deputados, inicialmente gostaria de saudar, nas Galerias, o vereador decano da cidade de Vitória da Conquista, com mandato por várias legislaturas, um dos nomes históricos do PMDB de Vitória da Conquista, Dr. Edvaldo Ferreira. Um grande abraço e obrigado pela sua presença.

Mas hoje, doutora e deputada Fabíola Mansur, é o Dia Mundial do Câncer. E sei que a deputada, médica, membro da Comissão de Saúde, tem tido participações brilhantes nesta Casa e tem um envolvimento significativo com a saúde do povo baiano.

Aproveitando este dia, quando sair desta tribuna, passarei às mãos da deputada uma notícia da televisão, dos *blogs* e dos jornais de Vitória da Conquista. “Saúde: Justiça determina, Sesab não cumpre e paciente com câncer está sem medicamento em Vitória da Conquista”. Uma foto. Ela, com marcas visíveis da quimioterapia. Quimioterapia que marca e que sem dúvida abala qualquer estrutura psicológica. Gostaria, daqui a pouco, de passar às mãos de V.Ex^a, porque tenho dito que a minha chegada a esta Casa tirou o PT de Vitória da Conquista da zona de conforto.

Hoje estava concedendo uma entrevista na *Rádio Excelsior da Bahia* – ao programa de Mário Freitas, por volta do meio-dia. Um ouvinte ligou e indagou como era e como está sendo a maravilha da saúde de Vitória da Conquista. E fui obrigado a falar para Mário Freitas e para os ouvintes da *Rádio Excelsior* que o PT de Conquista desativou um hospital; que o PT de Conquista desativou a obstetrícia do Hospital do Estado; que o PT de Conquista privatizou um hospital da criança, que é o Hospital Esaú Matos; que o PT de Conquista rompeu um convênio com SUS e com um hospital privado, a CUP, que atendia mil crianças por mês; que o PT de Conquista não consegue implementar uma UPA, sequer. Nas unidades de saúde da família, as equipes foram deixadas ainda por Dr. José Serra, quando ele era ministro da Saúde.

Então, essa é a triste realidade da situação gravíssima da saúde na cidade de Vitória da Conquista.

Gostaria de trazer outro assunto, porque os professores universitários estão hoje aqui, no Centro Administrativo da Bahia. Inicialmente, tomei conhecimento de que eles iriam, em 3 ônibus, à Secretaria da Educação para um protesto. Os professores da Adusb, de Vitória da Conquista. Eles divulgaram uma nota informando que o governo do Estado atualmente investe apenas 5% da receita, e que nos últimos 2 anos houve uma redução da ordem de R\$ 20 milhões nos recursos das universidades.

Ontem, em atenção à nossa fala, o Líder do governo, deputado Zé Neto, de Feira de Santana, me entregou a execução das despesas orçamentárias das universidades de 2006 a 2015. E aqui vi, há poucos minutos, o deputado Paulo Rangel falando de maquiagem, e aqui estou vendo uma maquiagem. Porque, na verdade, o governo do Estado, que dizia possuir R\$ 4,6 bilhões nos cofres, apresenta um dado... Está aqui o dado do governo, e as universidades, através do Fórum dos Reitores e da Adusb, informam que houve um corte drástico, da ordem de R\$ 20 milhões, que penaliza a educação universitária, de terceiro grau, liquida com o ensino

público na Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra pelo tempo de 5 minutos, deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Meu caro presidente Tom Araújo, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, foi muito bom ouvir o deputado Paulo Rangel falar aqui em maquiagem. Ninguém melhor conhece de maquiagem do que o deputado Paulo Rangel, que foi corpo, alma e coração do governo Jaques Wagner. Um governo que maquiou, e agora a máscara caiu. Hoje, numa entrevista em Feira de Santana, no programa *Acorda Cidade*, do colega Dilton Coutinho, o secretário Fábio Vilas Boas falou da situação de penúria, das dificuldades e, também, que nesta gestão está pagando débitos passados da gestão Jorge Solla/Jaques Wagner.

Gravei alguns itens da fala do secretário que desmoronam, desmontam o discurso do deputado Paulo Rangel. O deputado Paulo Rangel falou de maquiagem de Minas Gerais, quando tem uma maquiagem aqui, dentro do Estado da Bahia, pertinho dele, lado a lado, que ele conhece melhor do que ninguém. Não diria que ele sabe os atalhos para chegar ao cofre do Estado, porque não tinha essa permissão. Era companheiro, mas tinha limites, mas saber, ele sabe da maquiagem que foi feita no governo Jaques Wagner.

Pelo amor de Deus! O Hospital da Criança, em Feira de Santana, deputado Paulo Rangel, que falou de Minas Gerais... Aqui, eu gostaria de que V.Ex^a se reportasse a isso: “Falta de dinheiro ameaça atendimento no hospital infantil”, Hospital da Criança.

Sabe o que acontece? É que o problema é da gestão Jorge Solla, a gestão fracassada, que acabou com a saúde neste Estado. E não joguem a culpa no atual secretário, que pegou a bomba chiando, que está com esse fardo pesado nas costas. E na sua administração as faturas foram pagas. Mas da gestão passada, setembro, outubro, novembro... Inclusive, dezembro vai-se pagar amanhã.

Ora, é essa a verdadeira maquiagem. Na televisão, tudo bem, tudo lindo, tudo maravilhoso. E quando a gente, agora, vê a realidade...

O secretário abriu a boca porque não aguenta mais ser cobrado pelos erros da administração passada. O governador Rui Costa não abre a boca, não fala para não contrariar o seu parceiro político, o seu padrinho político. O deputado Paulo Rangel, que é um petista, que tem liberdade de falar, fala o que pensa e o que sente, esqueceu de citar as coisas do Estado da Bahia.

Disse o secretário hoje no programa de rádio: “Em janeiro, pagamos fevereiro e março, que correspondem aos meses passados de outubro, novembro e dezembro”, que o governo Jaques Wagner deixou de pagar e por isso o Hospital da Criança, em Feira de Santana, está ameaçado de parar o funcionamento. Algumas senhoras

levaram seus filhos e não puderam ter atendimento, deputado Paulo Rangel. Essa é a situação.

Nós temos aqui e se V.Ex^a desejar passo as suas mãos a entrevista do secretário Fábio Vilas-Boas.

Ora, no Estado da Bahia essa é a situação que estamos encontrando da saúde pública, que foi o cavalo de batalha na gestão de Jorge Solla, que foi um dos piores secretários da Saúde. Esse, sim, maquiou dados, maquiou números. E o deputado Arimatéia deve arrepender-se amargamente de ter-lhe dado, aqui, uma comenda. Em seguida, na campanha, apresentou o caos na saúde, porque V.Ex^a teve a clarividência de entender o seu equívoco ao homenagear o secretário Jorge Solla. E foi muito bem desmontado esse esquema, a estrutura pelo atual secretário Fábio Vilas-Boas.

Mais uma vez, meu querido amigo, deputado Paulo Rangel, dê a mão à palmatória, reconheça que V.Ex^a foi infeliz em falar de maquiagem, quando a maquiagem está nos seus pés, está no seu quintal, na sua cozinha, está dentro da sua casa de administração, que é o governo da Bahia. Infelizmente, o governador Rui Costa não pode abrir a boca para não contrariar o seu padrinho. Mas o secretário Fábio Vilas-Boas falou em tom de altivez sobre a maquiagem perpetrada na administração Jorge Solla/Jaques Wagner.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcell Moraes):- Concedo a palavra ao deputado Fábio Souto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente, deputado Marcell, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, quero iniciar minha fala trazendo aqui algumas mensagens que temos recebido, não só eu como vários deputados de oposição e do governo também, em relação a residentes de Salvador que foram muito prejudicados com essa questão do rompimento da adutora da Embasa. Pessoas, deputado Paulo Rangel, foram prejudicadas, como comerciantes, donos de restaurantes, donos de salão de beleza, que efetivamente tiveram sua renda, seu lucro reduzido nesse período. Essa situação, efetivamente, causou prejuízos de ordem moral e material.

Acho que cabe a esta Casa, deputado Marcell, unir-se ao Ministério Público e ao Governo para, efetivamente, cobrar providências. Não tenham dúvida alguma de que temos consciência de que o que aconteceu foi uma barbearagem da empresa que está conduzindo a obra do metrô. A realidade é que a culpa dessa empresa foi maior que a da Embasa.

Mas, efetivamente, o nosso dever é proteger a população, da nossa capital, que foi prejudicada. O trabalhador que precisava tomar um banho para ir trabalhar, precisava voltar, jantar, tomar banho de novo para dormir ficou uma semana prejudicado. Então, efetivamente, a população sofreu um prejuízo econômico e moral. Acho que essa é nossa obrigação, inclusive já há algumas propostas de deputados em relação à cobrança de água pela Embasa no mês de abril, acho que isso

tem que ser discutido aqui para encontrarmos um bom termo a fim de que a população não seja ainda mais prejudicada.

Venho também a esta tribuna falar que hoje, deputado Luciano Ribeiro, saiu mais um dado da inflação do mês de março que chegou a 1,32%. A inflação, em 12 meses, chegou a 8,13%. Tem 20 anos, minhas amigas e meus amigos da Bahia, que nós não temos uma inflação do mês de março tão alta, e a população sente isso na pele, deputado Luciano. Esse mês, os vilões da inflação foram: energia elétrica, que teve aumento de mais de 20% na média nacional; o óleo de soja; pão francês, entre vários gêneros alimentícios que tiveram seus preços majorados, e a população está sofrendo, está sentindo na pele. Até aqueles que não vão ao mercado ouvem de suas esposas que tudo está subindo, que a carne está subindo, o leite subiu, o óleo de soja subiu, os ovos subiram. Efetivamente, estamos sentindo na pele.

É um momento de grande dificuldade e venho a esta tribuna, deputado Marcell, para dizer que mesmo com todo esse problema que tivemos devido ao rompimento da adutora, há uma previsão de aumento da tarifa da água no mês de maio. Eu não sei se a Embasa vai aumentar ou não, mas há essa previsão. Então, é importante que esta Casa esteja atenta. Como chamei a atenção para a gasolina, cujo preço só subiu, no Estado da Bahia, pelo aumento do ICMS. Chamo a atenção desta Casa, porque vamos ter aumento da tarifa da água no mês de maio, a expectativa é essa, só se a Embasa não quiser dar.

Então, chamo a atenção desta Casa para, efetivamente, discutirmos esse aumento, que apesar do mau serviço, que apesar dos problemas que a população teve em relação ao rompimento dessa adutora e sofreu durante esta semana, efetivamente a expectativa é que a água ainda aumente no mês de maio.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcell Moraes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários da Assembleia, Imprensa, pessoal da assistência, telespectadores da *TV Assembleia*, tenho, desde ontem, estado atento aos discursos dos colegas que aqui ocuparam a tribuna. Vejo que o tema corrente fala e versa sobre gestão pública, mais especificamente sobre a eficiência dela, e, em consequência, sobre corrupção.

Nós todos, eleitos, estamos aqui para cumprir o papel, eu, particularmente, para cumprir o papel de opositor, porque foi nesta condição que os nossos eleitores nos colocaram. Mas, a Oposição, eu entendo, deputado Paulo Rangel, que ela deve, aqui, em primeiro lugar, ser legislador, mas, também, ser fiscalizador, e também, porque não dizer, colaborador do governo. Não é do meu perfil, e aqui tenho repetido, de fazer desta tribuna a tribuna do libelo, porque sempre estive e estarei na tribuna da defesa.

Por isso quero aqui, hoje, ao ouvir os discursos de eficiência administrativa e, consequentemente, de maquiagem da máquina pública, dizer que algo me surpreende na administração pública do Estado. Tenho estado atento às publicações da Imprensa e da Imprensa oficial, e esta semana, meu caro deputado Fábio Souto, vi uma declaração assim no jornal *Tribuna do Sertão*: “*Nós assumimos da gestão anterior da ordem de mais de 500 milhões de despesas efetuadas em 2014 e não pagas. Nós tivemos que negociar uma parte e a outra tivemos que pagar com o dinheiro de 2015. Ao meu saber, ao meu entender, reza a Lei de Responsabilidade Fiscal de que não pode, um gestor público, ao final do seu mandato, contrair débitos para que a outra administração pague.*”

Quem fez esta declaração, senhoras e senhores deputados foi o Exmº Sr. Secretário da Saúde do Estado da Bahia, que confessa, que coloca o carimbo que o gestor passado cometeu o crime de improbidade, feriu a Lei de Responsabilidade Fiscal. E, portanto, volto aqui a repetir que o Secretário da Fazenda disse que o governo Jaques Wagner deixou 4,6 bilhões de reais em caixa é, na essência, a maquiagem tão aqui falada e decantada.

Mas, também, me surpreendeu ao ver que com toda a dificuldade financeira que atravessa o Estado, que não pode tapar os buracos das estradas, que não pode, sequer, falar em aumento salarial aos servidores, que os hospitais estão sendo pagos com atraso, me surpreendeu, meu caro deputado Joseildo, ao ver publicado no Diário Oficial, que o gabinete do governador, numa época de crise, numa época de tanta dificuldade, numa época de tanta dificuldade, numa época em que o governador mandou para esta Casa – e que retirou o projeto ontem – um aumento de despesa na ordem de 20% dos débitos não tributáveis. O governador contrata a Empresa Agogô Marketing Promocional Ltda. para realização de eventos na Governadoria, na ordem de um milhão, 250 mil reais por 4 meses.

Não quero aqui fazer acusações. Mas quero apenas colaborar com o governo, e que tenha a sensibilidade para este momento, que não contrate festas se não pode fazer o essencial, cuidar da educação, da saúde, da segurança pública, da infraestrutura do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcell Moraes):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Canal Assembleia, Imprensa aqui presente, hoje tivemos, na Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho, uma reunião muito proveitosa em que a pauta foi com respeito a adutora que estourou ali na BR 324. E segundo as informações da Embasa, poderia chegar a 120 bairros.

Depois a Embasa apresentou outra nota dizendo que só 30 bairros da capital

foram atingidos. Mesmo assim, Sr. Presidente, gostaria de ler o ofício que a comissão, com a assinatura dos demais Srs. Deputados que a compõem, está encaminhando ao Ilustríssimo Sr. Rogério Costa Cedraz, diretor Presidente daquela empresa, o seguinte ofício:

(Lê) “Como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e relações de Trabalho da Assembleia Legislativa da Bahia juntamente com os meus pares, membros desta comissão, em comum acordo na sessão ordinária realizada no dia 08 de abril de 2014, no uso das atribuições que esta comissão possui, requeremos desta empresa, a isenção do pagamento da conta de água referente a todo o mês de abril aos moradores das localidades afetadas pela falta do fornecimento de água com o rompimento da adutora localizada às margens da BR 324.

O motivo desta solicitação dar-se ao fato dos prejuízos causados aos consumidores destas regiões que tiveram suas rotinas alteradas ocasionando prejuízos financeiros, pois no momento que necessitaram adquirir água, encontraram valores superiores a tabela de preço estabelecida pelo mercado, sem falar de outros percalços causados pelo incidente.”

Então, aqui está a assinatura da maioria dos deputados que compõem esta comissão e, Sr. Presidente, gostaria também de fazer esta pergunta aqui neste momento ao representante da Embasa: Como é que uma obra de grande porte como esta do metrô, que está sendo executada, como é que a Embasa, por ser responsável pelas galerias de esgoto... Nós sabemos que essas informações tinham que ser passadas para a empresa que está fazendo esta obra para que pudesse evitar o transtorno que aconteceu nesses últimos dias.

Portanto, Sr. Presidente, não é justo que o consumidor venha arcar com os grandes prejuízos, não só do desperdício da água, mas também das dificuldades que a população está passando. Por isso, como Presidente desta Comissão, espero a sensibilidade do Sr. Diretor Rogério Costa Cedraz, quando receber este ofício, possa responder a essa comissão porque nós, como legisladores, representantes do povo, estamos falando pela população que está sendo penalizada. Gostaria de, mais uma vez, pedir ao Sr. Presidente, até mesmo ao governo do Estado, que interceda para que essa isenção possa acontecer de fato e de verdade.

A outra coisa, Sr. Presidente, que eu gostaria de registrar como vice-presidente da Comissão de Saúde desta Casa, é que hoje, dia 8 de abril, é comemorado o Dia Mundial de Combate ao Câncer. Nesta data criada pela Organização Mundial de Saúde aumentam os alertas sobre a importância de lutar contra a doença, através do diagnóstico precoce.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Para concluir, Sr. Presidente, segundo a oncologista do Hospital Santa Isabel, 50% dos óbitos de pacientes de câncer estão já com a doença avançada. Então, Sr. Presidente, é a prevenção. O diagnóstico tardio leva a óbito 50% dos pacientes.

Para concluir, com a tolerância de V.Ex^a que é feirense, daqui a pouco, no

Salão Nestor Duarte, a escritora Lélia Fernandes estará lançando o livro Os Legisladores Feirenses. Eu, V.Ex^a, o deputado Targino Machado, deputada Graça Pimenta e os demais que já passaram por esta Casa fazem parte dessa história. Gostaria de convidar os Srs. Deputados também para conhecerem e participarem dessa história, mais uma vez, da literatura baiana e, em especial, da nossa querida Lélia Fernandes.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado José de Arimatéia.

Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o nobre deputado Marcell Moraes.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Galerias, Imprensa, boa tarde. O que me traz aqui na tarde de hoje, líder da Oposição Sandro Régis, é a preservação da maior baía do país, a segunda maior baía do planeta, a nossa tão querida Baía de Todos os Santos.

Em 2010, na Ilha de Maré, mais precisamente na região mais próxima à Prainha, esteve um navio chamado Gold, que deixou alguns resíduos que contaminaram, deixando pescadores à mercê.

Deputado Fábio Souto, lembrando esse acontecimento de 2010 referente ao navio Gold, a Braskem, junto com a GDK – lembrando que a Braskem é a maior empresa petroquímica da América Latina – quer fazer uma ampliação no Porto de Aratu e acabar de vez com a Prainha. A Prainha, nobre líder da Oposição, V.Ex^a conhece muito bem e sabe que é uma área de lazer, uma área que tem de ser, deputado Fabíola Mansur, preservada.

Aqui estão assinaturas de aproximadamente 500 moradores da região pedindo, pelo amor de Deus, que salvem a Prainha, que não deixem a Braskem fazer esse porto, que parem.

Vou apurar, através da nossa comissão, se o governo do Estado, não se sabe a mando de quem, está pressionando a diretora do IMA para liberação. Ora, não quero acreditar, mas vou averiguar, para a empresa GDK e Odebrecht construírem um terminal portuário privado no local.

Aí me pergunto: por que o governo do Estado está querendo beneficiar essas duas empresas citadas na Lava Jato? O governo do Estado, nobre deputado Sidelvan, precisa preservar a Baía de Todos os Santos. Levamos o nome de baianos devido a Baía de Todos os Santos, baía essa que vem sendo degradada durante anos sem nenhum projeto. A Prainha é uma área de lazer que deve ser preservada, que tem que se transformar numa APP – Área de Proteção Permanente – e não deixar empresa a, b, ou c e transforme ali num terminal.

Trouxe esse assunto hoje porque é preciso que os deputados se pronunciem, porque é preciso lutar em defesa da Baía de Todos os Santos.

Estou aqui com a assinatura dos moradores da região, da Ilha de Maré, pedindo pelo amor de Deus... Vou entregar em cada gabinete para os deputados analisarem.

O deputado Bira Corôa também está nessa luta. Eu não estive presente, estava viajando, mas V.Ex^a fez uma audiência. E precisamos, Bira, eu preciso contar com o seu apoio e você com o meu, para conseguirmos convencer os deputados para salvarmos a Prainha.

É inadmissível, deputada Fabíola, que no século XXI, a nossa Baía de Todos os Santos, o nosso maior patrimônio... Precisamos defender a nossa Baía de Todos os Santos. E não é a Braskem, não é a GDK, empresas envolvidas na Lava Jato que vão tentar diminuir, desmerecer a luta dos pescadores, dos ambientalistas, das pessoas de bem que precisam lutar contra essa afronta aos baianos, contra esse absurdo.

Como ambientalista, como baiano, tenho o dever de trazer esse assunto para os nobres deputados e não deixar que o governo pressione a diretora do Inema. Se isso for verdade, o governador precisa se explicar. Vamos levar, deputado Fábio Souto, esse assunto para a nossa Comissão e, se possível, vamos chamar a diretora do Inema para ver se essa denúncia procede, se ela realmente está sendo pressionada pelo governo do Estado a dar liberação a essas duas empresas para acabar de vez a Prainha e degradar ainda mais a nossa Bahia de Todos os Santos.

Salve a Bahia de Todos os Santos! Com a sua tolerância, Sr. Presidente, para concluir. Vivemos, deputada Fabíola, no século XXI. A preservação ambiental está na pauta do dia de todo brasileiro. E não entra na minha cabeça como ambientalista, não entra na minha cabeça como simples cidadão e não vai entrar na minha cabeça como deputado porque não vão conseguir me calar...

O Sr. PRESIDENTE(Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELL MORAES:- (...) que as empresas GDK e Braskem pressionem a ou b para ser aprovado o porto e destruïrem de vez a Prainha. Não vou deixar! E que a diretora do Inema se explique.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELL MORAES:- Caro nobre Líder Sandro, preciso do seu apoio para salvar a Prainha e a Baía de Todos os Santos.

Saudações ecológicas! Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):-Com a palavra a nobre deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Meu querido presidente, V.Ex^a poderia certamente com essa voz ser um grande locutor de rádio. Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores das galerias, queria, inicialmente, saudar a nossa senadora Lídice da Mata que ontem fez um discurso eloquente defendendo a PEC do Diploma que garante a volta da exigência do diploma de jornalista para o exercício dessa profissão que é

extremamente importante para a garantia da democracia. Eles, éticos e responsáveis pela divulgação da informação, conseguem, então certamente veículos de cidadania. Somos defensores da PEC do Diploma.

Nosso discurso hoje, Sr. Presidente, segue no intuito de perguntar ao presidente do Congresso Nacional Eduardo Cunha, que dá celeridade à votação de tantos projetos que são polêmicos para a sociedade e mesmo para os membros daquele Parlamento. E por que ele não traz para votação a PEC 321, que é originada de um projeto de iniciativa popular, o Saúde Mais 10, que recolheu 2 milhões de assinaturas, para, deputada Fátima Nunes, aumentar o financiamento da saúde, obrigando a receita corrente bruta da União a gastar 10% com esse segmento?

Por que, presidente Eduardo Cunha? Esse é um projeto que é quase uma unanimidade, esse é um projeto que faz com que não tenhamos problemas como o que foi elencado aqui pelo deputado Herzem Gusmão, que trouxe no Dia Mundial de Luta Contra o Câncer o problema de uma paciente sofrida com essa doença, exigindo da Sesab o medicamento, deputado Luciano, de R\$ 11 mil para, naturalmente, dar-lhe uma sobrevida de qualidade.

Ora, é justo o seu pedido? Sim. A defesa da saúde individual é um direito que deve ser assegurado. Mas como é possível sustentar, Sr. Presidente, um estado ou um país, sustentar no sistema público, bancar medicamentos de alto custo, sem a ajuda da União?

Como é possível gastar dinheiro no setor de Oncologia, que em Salvador, por exemplo, é responsável por 36% de todos os gastos da saúde? E com a transição demográfica do nosso País, com o envelhecimento da nossa população, temos o aumento dos casos de cânceres, das neoplasias, coexistindo com as doenças tropicais infectocontagiosas. Temos surtos, temos grandes casos de dengue e chikungunya. Temos cidades que estão padecendo com novas doenças, como a doença virótica equizantemática que apareceu em Camaçari, que precisa ser cuidada.

Como é possível explicar que o nosso sistema público de saúde, o SUS, seja o único que banque – e tem de bancar – medicamentos. Onde está a exigência para os planos de saúde, deputado Euclides, bancarem dos seus conveniados esses remédios de alta complexidade? Como é possível, então, o nosso presidente Eduardo Cunha ter nas mãos um projeto que joga para a saúde 10% das receitas correntes e não pautá-lo naquele Congresso?

Aqui vamos ficar debatendo, seja por atraso em hospitais, seja por atrasos de salários, seja por impossibilidade de dar medicamentos a todas as pessoas que necessitam, seja por falta de financiamento, que já é de 12%, o Estado já investe quase 13 e os municípios já ultrapassaram 20%. Como membro da Comissão de Saúde, no Dia Mundial de Combate ao Câncer, hoje, e no dia que se comemorou o Dia Mundial da Saúde, desta Casa pedimos a Brasília, à nossa bancada que pauta a PEC 321, colocando, definitivamente, 10% da receita da União que investe menos de 5%, e assim garantir que o SUS real seja o SUS constitucional, o SUS que todos têm direito e que nós sabemos que a nossa população, a população que defendemos,

certamente, não terá, se não houver ampliação do financiamento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado.

Com a palavra o nobre deputado Antônio Henrique pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ANTÔNIO HENRIQUE JR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aqui parabenizar o prefeito Antônio Henrique e o governo do Estado pela segunda edição do Bahia Fest Peixe, em Barreiras, do dia 27 de Março a 02 de Abril de 2015. Foram gerados lá em torno de 350 empregos diretos e vendidos mais de 70.500 quilos de pescado produzido na região, sendo em torno de 90% do Município de Barreiras. Distribuímos mais de 75 mil alevinos para os pequenos produtores, através da Prefeitura de Barreiras e da Bahia Pesca.

O Rio Grande foi repovoado com mais de 11 mil alevinos, espécies nativas, em parceria com a Prefeitura de Barreiras, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Abastecimento.

Houve palestras sobre a perspectiva da piscicultura no Oeste da Bahia e licenciamento ambiental, através da Bahia Pesca e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e Abastecimento.

Foram cadastrados 376 produtores, 260 hectares de lâmina d'água, sendo 190 hectares com produção anual de 2.832 toneladas. É o primeiro no *ranking* em tanques escavados no Estado e o segundo maior produtor de pescado, com 16,47% da produção do Estado. As principais espécies produzidas são tambaqui, pintado, pirarucu e pacu.

Então, estão de parabéns o prefeito Antônio Henrique e o governo do Estado, através da Bahia Pesca.

Também fomos convidados para, junto com o prefeito de Barra e o nosso governador Rui Costa, no dia 10, entregarmos mais 150 casas no Município de Barra, do Programa Minha Casa, Minha Vida. Estão de parabéns o governador Rui Costa e a presidente Dilma.

Em Barreiras, a presidente Dilma está construindo mais de 3 mil casas por meio desse programa, junto com o ex-governador Jaques Wagner, na época, e, hoje, com o governador Rui Costa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, antes da questão de ordem, eu queria fazer um comentário.

V.Ex^a, como jornalista – não sei se é formado em Jornalismo –, deve concordar com a seguinte questão: onde estariam Paulo Francis, Roberto Marinho, João Saldanha, Nelson Rodrigues se fosse exigido diploma de jornalista para que eles exercessem a profissão?

Acho que devemos ter cuidado, até porque algumas profissões, para serem exercidas, precisam de conhecimento, de talento, e não simplesmente de um diploma. Acho que esse é um debate que deve, realmente, ser feito de uma forma muito cautelosa.

Mas, Sr. Presidente, notando que temos, aqui, poucos presentes – até porque vários deputados se dedicaram hoje a resolver questões nas secretarias, a se reunir com as bases –, embora o debate tenha sido muito benfeito e até alongado, gostaria de pedir a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Ok, deputado Paulo Rangel.

Sou formado em Letras Vernáculas, mas exerci a profissão de jornalista como provisionado. Ou seja, jornalista que tem autorização do sindicato para trabalhar, mas não tem o diploma. Isso não quer dizer que ele não seja um bom jornalista. Não estou falando que fui ou sou um bom jornalista. Existem outros bons jornalistas que escrevem tão bem e são bem-conceituados no País, notadamente aqueles mais antigos, porque a questão do jornalismo é o talento. A universidade lhe dá as técnicas, mas a escrita é uma questão de dom.

Com as presenças dos deputados Fábio Souto, Herzem Gusmão, Bira Corôa, Ivana Bastos, Ângela Souza, Fátima Nunes, Antônio Henrique, Paulo Rangel e desse que vos fala, tendo a assessoria de Carlos Machado, o nosso assessor da Mesa Diretora, declaro que está encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*